



INTRODUÇÃO

As eleições de 2018 ficarão marcadas como um momento decisivo nos rumos que o país tomará nas décadas seguintes. Depois de um período de instabilidade, crise econômica e governos impopulares, os eleitos terão a responsabilidade reverter esta trajetória descendente.

Por isso, o Instituto Monte Castelo elaborou esta publicação com sugestões que podem ser adotadas pelo próximo presidente da República e os próximos deputados federais e senadores.

Este documento não é um programa de governo completo, mas aborda os pontos centrais que podem mover o país na direção da liberdade e da prosperidade. São ideias que podem ser levadas adiante já em 2019, no primeiro da nova gestão da Presidência e da nova legislatura no Congresso.

Algumas medidas dependem do Legislativo, outras do Executivo. Mas, na prática, o governo federal tem grande influência sobre a pauta do Congresso, e o Congresso tem grande influência sobre os projetos do Executivo. Por isso o Instituto Monte Castelo optou por apresentar um documento único com nossas recomendações.

Segurança

De cada dez homicídios no mundo, um acontece no Brasil. O índice de mortes violentas por 100.000 habitantes tem subido de forma constante há mais de uma década. Em 2017, o custo da violência foi estimado em 365 bilhões de reais pela Confederação Nacional da Indústria¹. Alguns países têm um problema de encarceramento excessivo. Mas o Brasil não é um deles: boa parte dos criminosos não é presa. Os que são presos acabam sendo libertados em pouco tempo. E os que estão na cadeia têm poucas perspectivas de recuperação. É imprescindível que ocorra uma reforma do sistema penitenciário. É preciso aumentar o quantitativo de presídios e de agentes prisionais no curto prazo, bem como melhorar as condições das instalações já existentes. Atualmente, os presos não recebem uma alocação adequada de acordo com o nível de periculosidade ou os delitos praticados, o que dificulta o processo de recuperação e facilita o aliciamento por parte de grandes facções. Como linha geral, sugerimos ao Congresso que aumente a eficácia da punição - não só para coibir potenciais criminosos, mas também para manter fora das ruas aqueles que têm uma dívida com a sociedade.

1) Aumentar a pena conforme reincidência

De acordo com dados dos órgãos penitenciários, cerca de 70%² dos presos (incluindo os provisórios) são reincidentes. É preciso fazer a reincidência um mau negócio para o bandido, e aumentar a pena de forma aguda conforme o número de condenações anteriores. Um modelo possível é dobrar automaticamente a pena na segunda condenação, triplicá-la na terceira e assim por diante. O fim da progressão para presos reincidentes seria um bom começo.

2) Utilizar a mão-de-obra dos presos

¹ <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/competitividade/custo-da-falta-de-seguranca-chega-a-r-365-bilhoes-em-2017-e-prejudica-a-competitividade-de-toda-economia-brasileira/>

² Levado em conta apenas o número de presos condenados e que já haviam sido condenados previamente, o percentual cai significativamente. Entretanto, isso diz mais sobre a lentidão e a ineficiência da Justiça do que sobre o caráter dos detentos. Conferir análise em Reincidência Criminal no Brasil – Relatório de Pesquisa – Ipea, 2015.

A falta de presídios é a principal razão usada pelos defensores de políticas mais brandas na segurança. Segundo os dados oficiais, faltam mais de 350 mil vagas no sistema prisional³. Mas esta é uma justificativa precária. Se faltam vagas, construam-se presídios. Uma das formas de reduzir o alto custo dessas obras é utilizar a mão de obra dos presos. A Constituição veta trabalhos forçados, mas não seria preciso modificá-la: bastaria contar esse trabalho como uma forma de remissão (lenta) da pena.

3) Reduzir a maioria penal

Embora o efeito sobre a redução geral da criminalidade possa não ser intenso, esta medida recobra o senso de justiça que é essencial para o respeito à lei em sociedade. A PEC 171/93, que já foi aprovada pela Câmara e aguarda votação do Senado, é necessária. A regra permite a punição de maiores de 16 anos que tenham cometido crimes graves. Eles ficariam presos em unidades separadas dos maiores de 18 anos.

4) Adotar tecnologias de mapeamento

O governo precisa apoiar o uso de inteligência e tecnologia, e criar incentivos para que os estados sejam recompensados pela queda na criminalidade. Políticas de tolerância zero com pequenos delitos, inspiradas no bem-sucedido exemplo de Nova York⁴, devem ser encorajadas. Os autores de crimes graves geralmente começam cometendo infrações leves: é preciso pará-los o quanto antes. O uso de tecnologias de mapeamento para identificar áreas críticas e prevenir crimes também precisa ser apoiado pelo governo federal.

5) Fiscalizar fronteiras de forma eficiente

As regiões de entrada de drogas e armas são conhecidas das autoridades. O Estado precisa aumentar o número de homens da Polícia Federal e usar equipamentos de monitoramento com tecnologia atualizada para coibir esse ingresso ilegal. Ao mesmo tempo, é preciso mão firme desmontar quadrilhas que usam o país como ponto de passagem (ou destino) das drogas vindas de países vizinhos.

Economia

De imediato, medidas que causassem o aumento da confiança na política econômica do governo gerariam uma queda de juros e um aumento no investimento estrangeiros. A previsibilidade deve ser a tônica. Ao mesmo tempo, o governo precisa gastar menos e melhor. Com despesas reduzidas, haveria espaço para uma diminuição na carga tributária. Este é um passo essencial para gerar um ambiente propício ao empreendedorismo do século 21, sem amarras desnecessárias e com a flexibilidade e agilidade essenciais para um aumento de competitividade.

³ <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cidadania-nos-presidios>

⁴ https://www.manhattan-institute.org/pdf/_atlantic_monthly-broken_windows.pdf

1) Tornar a CLT opcional

As regras excessivamente rígidas da CLT reduzem a geração de empregos em um mundo no qual as carreiras se tornam mais complexas e difusas, e no qual a própria ideia de emprego fixo vem sendo abandonada. A legislação trabalhista precisa adotar o pressuposto – obviamente verdadeiro – de que os trabalhadores sabem administrar suas carreiras melhor do que o governo.

2) Incentivar o investimento estrangeiro

Um marco legal claro e previsível, acompanhado por uma política fiscal responsável e por um elevado grau de transparência tendem a atrair investimentos estrangeiros, essenciais à aceleração do desenvolvimento. A implementação de um grande programa de desburocratização e incentivo à livre concorrência iria na mesma direção.

3) Privatizar estatais

A maioria das 151 estatais do governo federal poderia ser privatizada sem impacto negativo na vida do cidadão. Petrobras, Eletrobras e bancos estatais estão nesta lista. A privatização geraria receita para o Executivo em um momento de escassez de recursos. O valor obtido com essas transações deve ser preferencialmente usados no abatimento da dívida pública⁵. No longo prazo, o efeito positivo seria assegurado pela redução de impostos e o potencial aumento da competitividade dessas companhias, o que tende a gerar mais empregos. Os exemplos da Vale e das companhias telefônicas apontam o caminho – e também aquilo que pode ser feito melhor desta vez.

4) Reformar a Previdência

Os números apontam para um colapso próximo se nada for feito. Não há como escapar: há cada vez mais idosos e menos pessoas na força de trabalho, e o modelo atual (em que os ativos bancam o benefício dos inativos) é insustentável. Alterações na idade mínima para aposentadoria são necessárias, já que a expectativa de vida tem aumentado. O modelo ideal passa por poupanças individuais com capitalização, de forma que cada trabalhador possa saber exatamente o montante a que tem direito e não haja desequilíbrio no sistema. Casos excepcionais ainda podem ser analisados à luz do bom senso.

5) Reduzir carga tributária

O novo governo, atuando em conjunto com o Congresso, deve atuar por uma redução responsável da carga tributária, com foco no setor produtivo para incentivar a geração de empregos – o que tende a aquecer a economia e elevar a arrecadação sem aumento de impostos. A medida deve ser acompanhada por corte nos gastos (em linha com países como Chile e México). A criação de um imposto sobre o valor agregado (IVA) simplificaria o sistema e reduziria a sonegação.

Educação

O governo brasileiro gasta demais com o ensino superior e muito pouco com o ensino básico. Parte da explicação é o sistema que assegura gratuidade

⁵ <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>

universal a alunos de universidades públicas, mesmo os mais ricos. O desperdício de recursos com esse benefício, somado ao alto índice de evasão em alguns cursos (e à total ausência de uma contrapartida por parte dos que se formam, mesmo os que decidem não exercer a profissão) transformam o sistema educacional brasileiro em um ralo de recursos públicos. Como apontou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o gasto do Brasil por aluno do ensino superior é quatro vezes maior do que o valor aplicado no estudante do ensino fundamental. Em países como Coreia do Sul e Finlândia, esta proporção é muito mais equilibrada⁶.

1) Revogar a Base Nacional Comum Curricular

A própria existência de um currículo nacional a ser imposto até mesmo às escolas particulares não condiz com a ideia de uma federação plural. As escolas privadas devem ser livres para escolher o conteúdo que ensinam, já que os pais são livres para decidir onde matriculam seus filhos. Já a rede pública de ensino, salvo raras exceções, é responsabilidade de estados e municípios. Assim sendo, cabe a eles estabelecer o que deve ser ensinado nessas instituições. Sem imposição de cima para baixo, o governo federal pode, ao mesmo tempo, aumentar os incentivos à inclusão de disciplinas práticas e profissionalizantes – para dar o primeiro passo rumo ao emprego na carreira de jovens que não seguem para o curso superior.

2) Permitir vouchers

A adoção de vouchers (uma espécie de cheque-educação) poderia gerar uma economia para o governo, ao mesmo tempo em que dá aos pais um maior poder de escolha. Em vez de se comprometer com despesas de longo prazo (um professor precisará ser pago até o fim da sua vida, por causa da aposentadoria), o governo pode poupar recursos e, ao mesmo tempo, dar poder de decisão às famílias. Em lugar de apenas uma opção (pública), os pais poderão optar dentre várias escolas particulares. Recursos adicionais podem ser obtidos retirando parte do massivo financiamento concedido a universidades públicas.

3) Legalizar o homeschooling

É aos pais que cabe primordialmente a responsabilidade de educar as crianças, como reconhecem o Pacto de São José da Costa Rica, da qual o Brasil é signatário, e a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem. O Estado atua com um papel subsidiário. O governo pode definir diretrizes mínimas (como um exame anual ou vistorias periódicas) para evitar casos de abandono ou negligência, mas o banimento do ensino doméstico é não apenas inconstitucional, mas imoral. Diante da recente decisão do STF sobre o tema, o Congresso precisa aprovar uma lei reconhecendo o homeschooling.

4) Criar metas de desempenho para os estados

Ao governo federal cabe criar incentivos para que os Estados caminhem na direção correta. A adoção de bonificações financeiras para unidades da federação que melhorem seu desempenho seria uma forma de impulsionar melhorias nos índices educacionais sem interferir de forma indevida na

⁶ https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/eag_highlights-2012-16-en.pdf?expires=1538334444&id=id&accname=guest&checksum=DDEB282F27F0A8A589F3482E6C7752D1

autonomia dos entes federados.

5) Implementar a cobrança de mensalidades nas federais

Em grande parte dos países, as universidades públicas cobram mensalidades (ou anualidades). Como mostra um levantamento do Manhattan Institute for Policy Research, isso não restringe o acesso de alunos mais carentes ao ensino superior. O efeito pode ser justamente o contrário: com os recursos obtidos com as mensalidades daqueles que podem pagar, haverá uma margem considerável para o fornecimento de bolsas de estudo e financiamentos educacionais aos mais carentes. E o Estado poderá redirecionar suas atenções e verbas para o ensino básico, hoje negligenciado. Esta é, inclusive, a sugestão feita pelos especialistas do Banco Mundial.

Saúde

O mantra dos governantes é que o Brasil precisa de uma saúde pública, gratuita e de qualidade. As evidências de dentro e fora do país, entretanto, apontam que isso pode ser um ideal inalcançável. É preciso dar racionalidade ao sistema. Políticas de prevenção mais baratas e simples têm se mostrado eficazes. Com o envelhecimento da população, a crise de financiamento da saúde deve se acentuar. O Estado precisa agir agora para salvar o sistema de um colapso total. A solução passa pela redução de privilégios de sindicatos laborais e pela simplificação de algumas normas que hoje dificultam um atendimento mais eficaz.

1) Facilitar a criação de cursos de medicina

O Estado deve reduzir regulações excessivas impedem a criação de cursos de Medicina e alimentam um sistema de escassez crônica de profissionais – que atende aos interesses de entidades sindicais. O governo Temer suspendeu por cinco anos a criação de cursos de Medicina⁷, o que é ilógico no cenário atual. Esse veto deve ser derrubado pela nova gestão.

2) Permitir atendimento por telefone e videoconferência em casos simples

Muitos serviços hoje realizados exclusivamente por médicos poderiam ser feitos por enfermeiras, com uma análise final de um médico. O atendimento médico por telefone ou videoconferência em casos mais simples, já testado em partes do país, também pode ajudar a reduzir a sobrecarga nos postos de saúde e hospitais públicos, que se concentrariam no atendimento de pacientes mais graves.

3) Investir em tecnologia

O Estado deve adotar programas de prevenção que identifiquem, com o uso de mapeamento geográfico, as doenças mais comuns em determinadas áreas, de forma a diagnosticar as causas de

⁷ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-04/mec-suspende-criacao-de-novos-cursos-de-medicina-por-5-anos>

internações em uma região específica e fazer um trabalho ativo de prevenção. Por exemplo: uma alta incidência de câncer em uma área específica talvez esteja ligada ao uso inadequado de agrotóxicos, o que pode ser evitado com políticas de baixo custo.

4) Autorizar planos populares

O governo deve permitir a criação de planos populares, de menor valor e menos benefícios, por meio da flexibilização das regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Dessa forma, o consumidor teria mais opções de escolha. Como consequência secundária, isso desafogaria o SUS.

5) Oferecer voucher-saúde

Semelhantemente ao voucher da educação, esse benefício auxiliaria o cidadão no pagamento de planos privados. É uma forma de dar racionalidade ao sistema, incentivar a concorrência e deixar a decisão nas mãos do cliente. Um efeito importante seria a redução da demanda pelo SUS, que aumentou após a crise financeira retirar os planos de saúde de 3 milhões de brasileiros⁸.

Sociedade

A sociedade é a comunidade de pessoas que inclui instâncias como a família, comunidades locais, entidades religiosas, clubes e associações. Parte essencial do dever do governo é não atuar para que essas instituições se desfaçam, e até mesmo atuar de forma ativa para protegê-las. Não é apenas uma obrigação moral, mas uma decisão a ser tomada com base em cálculos econômicos: é mais barato investir no fortalecimento da família do que com o combate ao crime, por exemplo.

1) Proteger a vida na sua integralidade

Aprovar o estatuto do nascituro, que assegura a proteção completa desde o início da vida, deve ser uma prioridade do novo Congresso. O PL 478/2007 dá um passo essencial na construção de uma cultura de respeito à vida. Com ou sem a aprovação da proposta, o Ministério da Saúde pode criar diretrizes para evitar casos de falsidade ideológica e falsa comunicação de crime nos casos de aborto por estupro. Uma decisão dessa importância não pode ser tomada sem um mínimo de respaldo dentro do sistema jurídico.

2) Aprovar Estatuto da Família

É preciso que o Estado reconheça que a experiência concreta – e estudos acadêmicos – têm comprovado: crianças criadas por pai e mãe apresentam melhor desempenho educacional, menos chance de cometer crimes quando se tornam adultos e apresentam menos problemas psicológicos e de saúde⁹. O PL 6583/2013 merece ser tratado de forma prioritária pelos parlamentares.

⁸ <https://veja.abril.com.br/saude/crise-faz-3-milhoes-de-brasileiros-deixarem-de-pagar-planos-de-saude/>

⁹ <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0049089X12000610>

3) Vetar ideologia de gênero

Deve-se remover das normas legais as menções a “identidade de gênero”, expressão sem base biológica cujo uso tem efeitos nocivos, especialmente para as crianças – de acordo com o American College of Pediatrics¹⁰ e um estudo recente de uma pesquisadora da Brown University.¹¹

4) Incentivar a paternidade responsável

Os governantes precisam pensar em políticas sociais que não desfigurem as famílias, mas tenham o efeito inverso – a coesão do núcleo familiar. As consequências do esfacelamento dos lares (crime, desempenho escolar, desemprego, sistema de saúde) são caríssimas. O governo deve adotar como regra que não haverá qualquer recurso federal para projetos e programas que incentivem modos de vida contraproducentes ou que representem ameaças à ideia de família.

5) Assegurar direito a livre defesa

O Estado deve facilitar as regras para obtenção do porte de arma pela PF (e baratear o procedimento), com redução da taxa cobrada – mas sem reduzir o rigor na pesquisa de antecedentes criminais. Some-se a isso o aumento do prazo para renovação obrigatória e a facilitação da concessão do porte de arma. O Congresso também daria um passo significativo ao aprovar projeto de lei 3722/2012¹², que revoga o Estatuto do Desarmamento em todo o país.

Política Externa e Defesa

Como quinto maior país do mundo – e quarta maior democracia – o Brasil tem papel importante no cenário regional e global. Isso exige Forças Armadas fortes e bem treinadas, aliadas a uma política externa coerente e que defenda os direitos fundamentais do homem e compartilhe dos valores mais caros ao povo brasileiro.

1) Alinhamento com países democráticos

A política externa do Brasil deve optar pelo alinhamento preferencial com países que respeitem os direitos de seus cidadãos e, ao mesmo tempo, as soberanias nacionais. A moralidade dos regimes não pode ser ignorada quando da formação de alianças estratégicas, e o Brasil deve usar seu peso diplomático para cobrar o respeito à democracia e os direitos fundamentais em outros países.

2) Exercer pressão contra a ditadura venezuelana

Como líder natural do bloco sul-americano, o Brasil tem o dever de agir de forma enérgica quando

¹⁰ <https://www.acpeds.org/the-college-speaks/position-statements/gender-ideology-harms-children>

¹¹ <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0202330>

¹² <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541857>

países vizinhos, sob governos autoritários, desrespeitam os direitos mais básicos de seus cidadãos. Cabe a nós adotar um posicionamento claro – a começar pelo não reconhecimento da legitimidade do governo de Nicolás Maduro.

3) Fortalecer as Forças Armadas

A revitalização das Forças Armadas pode ser feita sem elevação significativa de custos, por meio de política estratégica de defesa das fronteiras contra imigração ilegal e tráfico de armas e drogas. É preciso aumentar as dificuldades para contrabandistas e traficantes. Com o efetivo de hoje, é impossível estabelecer 100% de cobertura na fronteira, mas um sistema integrado de vigilância e uma atenção maior devem dificultar a vida dos criminosos.

4) Defender o direito à autodeterminação de Israel

Em uma posição geográfica importantíssima para o globo, Israel é a única democracia plenamente funcional do Oriente Médio. O Brasil, por seu papel histórico na criação do Estado de Israel, deve se manter firme na defesa da independência de Israel.

5) Respeitar as soberanias diante de organismos internacionais

Como membro da comunidade internacional, o Brasil não precisa se afastar abruptamente de organizações multilaterais, mas deve deixar claro, o quanto antes, que não aceitará ingerências indevidas naquilo que ultrapassar as atribuições desses órgãos ou violar a soberania do povo brasileiro.



Instituições

O novo presidente da República vai indicar pelo menos dois ministros para o Supremo Tribunal Federal. Dado o protagonismo que a corte tem assumido nos últimos anos – em muitos casos, sem o lastro da Constituição – essa decisão é de grande relevância. Além disso, a relação entre os poderes precisa ser ajustada para retomar o equilíbrio e a distribuição proporcional de forças entre os entes da federação.

1) Nomear ministros à altura do STF

O novo presidente deve indicar ministros que estejam em sintonia com os valores básicos da Constituição e se dediquem a aplicá-la, não a legislar. Deve adotar, como critério de nomeação, ministros do STF magistrados que tenham sido aprovados em concurso para juiz anteriormente e que não tenham vínculos partidários de nenhum tipo. Ao Senado, cabe sabatar com rigor e, se preciso for, rejeitar o nome de ministros que não tenham os requisitos exigidos pelo artigo 101 da Constituição.

2) Realizar uma reforma política

O bom senso exige a retirada dos benefícios de partidos nanicos, como a distribuição do fundo partidário e o tempo TV. A infestação de partidos de aluguel, que vivem de parasitar recursos públicos e de fazer negociações escusas, deve ter fim. As mudanças que entraram em vigor nestas eleições,

em especial a cláusula de barreira, são positivas mas não suficientes. Um veto ao troca-troca partidário também é necessário.

3) Adotar rigor com corrupção e pôr fim ao balcão de negócios

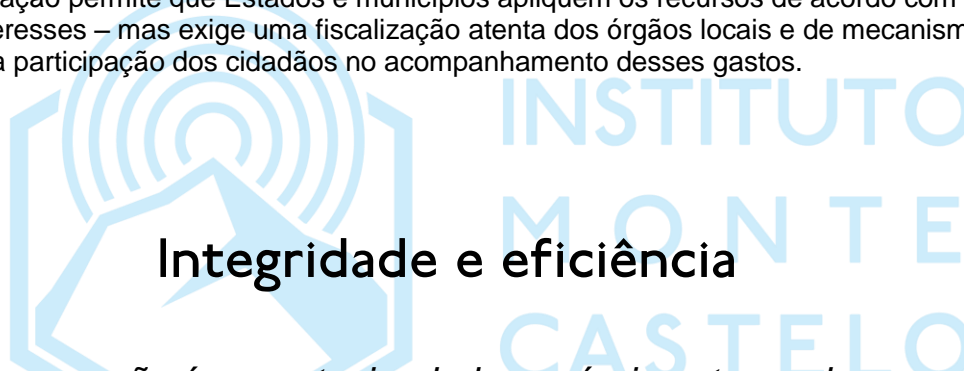
O presidente da República deve assumir, de antemão, o compromisso de se guiar por critérios técnicos e não partidários na formação de seu ministério, especialmente em áreas ligadas a atividades-fim, como saúde, transportes e ciência e tecnologia.

4) Aprovar a reforma do Judiciário

Uma mudança que tenha como norte simplificar e tornar mais eficiente o Judiciário brasileiro, sem ferir a independência do Judiciário. Uma mudança relativamente simples: aumentar de 7 para 8 horas diárias a carga horária obrigatória nos órgãos da Justiça, para igualá-los aos demais órgãos públicos. Cabe ainda pôr fim à audiência de custódia e aos recursos excessivos, além de assegurar a possibilidade de prisão em segunda instância.

5) Dar mais autonomia financeira aos Estados

Redefinir o pacto federativo é um ponto-chave na melhoria da administração pública nacional. A descentralização permite que Estados e municípios apliquem os recursos de acordo com seus próprios interesses – mas exige uma fiscalização atenta dos órgãos locais e de mecanismos que aumentem a participação dos cidadãos no acompanhamento desses gastos.



Integridade e eficiência

O fim da corrupção é uma utopia, dada a própria natureza humana e a propensão ao próprio benefício. O que o Estado deve fazer, além de reduzir as oportunidades de desvios, é criar mecanismos que tornem a corrupção mais cara do que a honestidade para o eventual infrator. Ao mesmo tempo, políticas que aumentem a eficiência e aproximem o setor público das práticas do mercado privado também são necessárias.

1) Nomear cargos de confiança por mérito

A moralidade exige que o governo nomeie para os ministérios figuras capazes, com conhecimento técnico e administrativo, e que não cheguem ao cargo por sua vinculação partidária. É essencial que essa medida seja tomada logo no início do governo, para definir o novo tom a ser adotado dali por diante e não dar falsas expectativas aos políticos fisiológicos.

2) Indicar apenas ministros que não estão sob suspeita

É dever do presidente da República afastar ministros que sejam formalmente investigados por corrupção. A presunção de inocência vale para o sistema de Justiça, mas do ponto de vista do governo, é desejável que não haja suspeitas sobre os ocupantes do primeiro escalão. O desrespeito a

esse princípio acabou por normalizar a presença de corruptos – ou investigados – no governo, o que por sua vez desmoralizou o Executivo.

3) Regulamentar o teste de integridade

O teste funcionaria não apenas como um mecanismo para identificar servidores corruptos, mas sobretudo como uma forma de inibir a prática de atos de corrupção. A ideia, em um formato abrandado, fazia parte do formato original das 10 Medidas contra a Corrupção elaboradas sob coordenação do Ministério Público Federal.

4) Abolir estabilidade do serviço público

No horizonte próximo, é possível ao Congresso aprovar o PLS 116/2017, já aprovado pela CCJ do Senado, que – embora não ponha fim à estabilidade – permite que servidores sejam desligados desempenho abaixo do razoável. Isso aumentaria a eficiência por tornar a permanência no emprego dependente da performance – que deve ser medida por critérios objetivos.

5) Incentivar delações

O sucesso da operação Lava-Jato se deve, em grande parte, às delações premiadas de criminosos confessos. É preciso incentivar o compartilhamento de informações sobre atos criminosos dentro das instituições de Estado. A cultura de silêncio e de conivência precisa ser enterrada.



Transportes

Acidentes de trânsito mataram mais de 41 mil pessoas no Brasil em 2017¹³. A prioridade das políticas de trânsito, evidentemente, deve ser salvar vidas. Além disso, o governo deve ficar atento aos gargalos atuais e futuros que emperram o crescimento do setor produtivo em partes do país. A solução passa por parcerias com a iniciativa privada.

1) Aumentar fiscalização

No que cabe ao governo federal, a Polícia Rodoviária Federal precisa ser reforçada: hoje há um déficit de cerca de 8 mil homens. A criação da Lei Seca talvez tenha sido um exagero, já que quantidades mínimas de álcool não alteram as faculdade psicomotoras de forma perceptível. Mais importante do que isso é uma fiscalização que, se não pode ser onipresente por razões óbvias, deve ser ativa a ponto de coibir motoristas que pretendam dirigir embriagados. Igualmente importantes são melhorias na sinalização e pavimentação e campanhas de conscientização que incluam uma participação mais efetiva do poder policial e a aplicação de multas.

2) Intensificar as PPPs

Pavimentar e duplicar rodovias por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) é uma solução já

¹³ <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,apos-cinco-anos-em-queda-mortes-no-transito-tem-alta-de-23-em-2017,70002306250>

testada no país, com bons resultados. Desde que implique em redução de impostos, a privatização é um caminho eficiente. O governo poderia se concentrar sobre as estradas que, por alguma razão, ainda não interessam à iniciativa privada.

3) Terminar obra da ferrovia Norte-Sul

É preciso concluir a ferrovia Norte-Sul com apoio do setor privado. Vital para o crescimento da agricultura e da infraestrutura, essa obra sairá mais cara para o país se não houver retorno com os mais de 4 bilhões de reais já aplicados nela. Produtores rurais que hoje têm custos elevados com o transporte de suas safras podem se interessar em aportar recursos em troca de créditos tributários a serem pagos no longo prazo.

4) Incentivar inovação

O governo federal pode incentivar alternativas inteligentes nos estados e municípios, para desafogar o trânsito e melhorar a mobilidade. Um caminho é incentivar o uso de aplicativos de transporte individual ou caronas, assim como o “Uber dos ônibus”.

5) Promover aviação regional

Tornar a aviação regional rentável por meio da simplificação tributária e de taxas, além da desregulamentação no que for possível. O governo pode facilitar a criação de aeroportos privados. A existência de voos regulares tende a aquecer a economia dessas regiões, e por isso é importante que haja uma aviação regional mais ativa no país.

Quem somos

O Instituto Monte Castelo é um centro independente de pesquisa em políticas e legislação pautado pela defesa da vida, da liberdade e da responsabilidade. Com sede em Brasília, nosso instituto foi fundado em julho de 2017, e tem a independência como princípio inegociável. O Instituto Monte Castelo não recebe recursos de governos ou de partidos políticos.

Pesquisa e edição:

Anamaria Camargo

Gabriel Castro

José Luís Almeida

Luiz Jardim

Publicado em outubro de 2018